

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**UMA ANÁLISE EM TORNO DA QUESTÃO SOCIAL NA BAHIA NA
DÉCADA DE 1960****AN ANALYSIS AROUND THE SOCIAL ISSUE IN BAHIA IN THE 1960s****Yasmin de Oliveira Matos Azevedo¹****RESUMO**

A questão social na Bahia durante a década de 1960 constitui o objeto de estudo deste trabalho. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, amparada na formulação da Questão Social a partir da ótica de Josiane Soares (2012), Cristiane Sabino e Heloísa Teles (2021), recuperando a formação social brasileira que evidencia o caráter de dependência do capitalismo brasileiro, o racismo estrutural e a superexploração do trabalho. Preocupa-se em construir o quadro da Questão Social na Bahia no período delimitado, recuperando seus elementos históricos, econômicos e sociais. A análise documental se debruça nos trabalhos de conclusão de curso elaborados pelas discentes de Serviço Social na Universidade Católica de Salvador (UCSAL) entre 1961- 1969, revelando as interpretações discentes em torno das expressões da questão social em Salvador.

Palavras-chave: Questão Social, Bahia, Serviço Social.

ABSTRACT

The social issue in Bahia during the 1960s constitutes the object of study of this work. This is a bibliographic and documentary research, supported by the formulation of the Social Question from the perspective of Josiane Soares (2012), Cristiane Sabino and Heloísa Teles (2021), recovering the Brazilian social formation that highlights the dependent character of Brazilian capitalism, structural racism and the super-exploitation of work. It is concerned with building the framework of the Social Question in Bahia in the defined period, recovering its historical, economic and social elements. The documentary analysis focuses on course completion works prepared by Social Service students at the Catholic University of Salvador (UCSAL) between 1961 and 1969, revealing student interpretations around the expressions of the social issue in Salvador.

Keywords: Social Issues, History, Bahia, Social Service.

¹ Universidade Federal da Bahia, Mestranda em Serviço Social, yasmin.17aze@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente texto é fruto da avaliação da disciplina “Questão Social, Trabalho e Serviço Social” do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFBA no semestre 2023.2. A proposta da avaliação é articular as referências adotadas no programa da disciplina com o projeto de pesquisa em desenvolvimento no mestrado, o qual, se debruça em discutir a formação profissional em Serviço Social na Bahia (1965- 1975): um estudo introdutório.

Diante disso, esse artigo tem como objetivo explicar a constituição da Questão Social na Bahia na década de 1960. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, recuperando o debate em torno da Questão Social por Santos (2012) e Sabino e Teles (2021) e para pensar a Bahia, foi retomado seu aspecto histórico, econômico e social com o intuito de analisar a conformação da Questão Social no estado, buscando também dados evidenciados no TCC da presente autora desse artigo, de cunho documental, sobre a formação profissional em Serviço Social na Bahia na década de 1960.

A exposição deste trabalho está dividida em três itens: no primeiro, buscou-se apresentar o conceito de Questão Social aqui adotado, no segundo foi feita a discussão em torno da constituição da Questão Social na Bahia na década de 1960 e por fim, no terceiro tópico, é apresentada a interpretação das discentes de serviço social da Bahia na década de 1960, a partir de seus TCCs, em torno da conformação histórica, econômica, social e política do estado, fornecendo um panorama da Questão Social na Bahia.

2 INTERPRETAÇÕES SOBRE A QUESTÃO SOCIAL

A questão social no debate acadêmico do Serviço Social é compreendida, de forma dominante, como o objeto da intervenção profissional e responsável por sua gênese. Contudo, as compreensões em torno da questão social não são únicas e unânimes. Netto (s.d) aponta que a expressão “questão social” foi usada já no século XIX na Europa, diante do fenômeno da pauperização vivenciado com o surgimento do capitalismo em seu estágio industrial. Entretanto, no Brasil, especificamente no Serviço Social, a questão social só se torna a percepção central da profissão no final do século XX.

De acordo com Santos (2012), a questão social tem seu núcleo fundado na lei geral da acumulação capitalista, por isso, sua gênese é explicada pelo processo de acumulação ou

reprodução ampliada do capital. Conforme afirma Netto (s.d), apenas no modo de produção capitalista a pobreza cresce na razão direta em que se aumenta a capacidade social de produzir riquezas, isso porque, apesar da produção de mercadorias ocorrer pelo trabalho social coletivo, a sua apropriação se dá de forma privada pelas classes dominantes.

Santos (2012), a partir das considerações feitas por Netto, localiza historicamente a gênese da questão social por volta de 1830 na Europa, considerando os fenômenos que a constitui: o pauperismo e as lutas do proletariado contra a burguesia. Essa demarcação histórica não se refere à origem da questão social como expressão das problemáticas sociais da ordem capitalista, mas sim, o momento histórico em que as classes dominantes passam a dar novas respostas aos problemas sociais e políticos, a partir da consciência da classe trabalhadora de “classe em si” a “classe para si”.

Sabino e Teles (2021) apontam as valiosas contribuições dos estudos clássicos do Serviço Social em torno do aspecto estrutural da questão social. Contudo, de acordo com as autoras, para compreender a questão social é necessário buscar, na realidade concreta, as diferencialidades que a constitui na universalidade da exploração da classe burguesa sob a classe trabalhadora. Assim, apropriar-se das particularidades que constituem os elementos da questão social significa entender as relações sociais e seu movimento em cada território em que se desenvolve a acumulação de capital.

Por isso, as autoras analisam elementos fundamentais da formação sócio histórica brasileira para compreender a conformação da questão social no país. Sabino e Teles (2021) se aproximam de categorias como “sócio históricas” e “modo de produção” para pensar a questão social no Brasil, destacando três momentos históricos conexos.

No primeiro momento, Sabino e Teles (2021) abordam a apropriação privada da terra e da riqueza, a exploração como forma de trabalho e a imposição por meio da violência extrema as pessoas escravizadas como mercadorias e também produtores de mercadorias para o capitalismo europeu em expansão. As autoras destacam a luta de classes travada entre exploradores e explorados, entre proprietários de escravos e escravizados, em que o conteúdo da luta consiste na disputa pela terra e o território e pelo fim da escravidão. Em meio a esse processo, como forma de manutenção, sustentação e justificativa ideológica para a escravidão, surge a invenção da raça e a hierarquização dos sujeitos sociais inseridos nessa estrutura.

O segundo momento, conceituado por Sabino e Teles (2021), como transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente é marcado pelas mudanças nas forças

produtivas que originou as bases para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, essas transformações instituem a dependência estrutural da economia brasileira, ancorada na força produtiva escravista e subordinada aos interesses externos, sendo o Estado o garantidor da subordinação econômica ao capital estrangeiro. Além da formulação de bases ideológicas necessárias para as novas formas de organização e de exploração, se amparando no racismo para a construção da inferioridade da população negra e indígena e superioridade do branco.

O terceiro momento é marcado pelo comando do capital sobre as relações nos marcos da dependência e da subordinação imperialista, Sabino e Teles (2021) apontam a consolidação do trabalho livre e novas mediações que diferenciam a estrutura produtiva, a composição do Estado e a própria luta de classes, a manutenção e expansão da estrutura desigual, que forma a massa de despossuídos, necessária para a exploração imposta pela condição de dependência e a criação de uma superestrutura que seja compatível com a consolidação do capitalismo industrial e monopolista, reorganizando os mecanismos de dominação patriarcal e racista.

Logo, as autoras concluem que é esse processo histórico que conforma a estrutura das relações sociais no Brasil e seu processo de amadurecimento do capitalismo. Com a criação de tendências internas, mas em relação dialética com o capitalismo internacional, sempre de forma subordinada e dependente. É assumindo essa ótica que este artigo buscará sintetizar a Questão Social na Bahia, assumindo como demarcador histórico o século XX, com destaque maior para a década de 1960.

3 A QUESTÃO SOCIAL NA BAHIA

Para pensar a constituição da Questão Social na Bahia, será recuperado nesse tópico sua formação histórica, econômica, social e política, se alinhando com a perspectiva de Sabino e Teles (2021, P. 48) de que

(...) buscar as conexões histórico-estruturais das manifestações cotidianas das expressões da questão social é o que possibilita uma compreensão das mesmas para além da aparência e da fragmentação com que se apresentam no seu movimento concreto imediato.

Por isso, é necessário entender os elementos constitutivos particulares da questão social no território. Santos (2008) destaca que a Bahia se manteve como estado de grande

importância para o Brasil até o início do século XIX, vivenciando a decadência a partir de 1888, com a abolição da escravatura, a qual traz grandes consequências para as atividades agrícolas que dependiam do trabalho escravizado, como a cana-de-açúcar. Além disso, a cultura da cana-de-açúcar e a indústria açucareira do Recôncavo entraram em crise diante da pouca modernização dos métodos de produção, tornando-se então impossível de competir com a produção açucareira modernizada que se desenvolvia nas Antilhas. Com a decadência da cana de açúcar, outro produto passa a se destacar, o café, e o estado de São Paulo era o seu maior produtor. A cultura e o comércio do café permitiram que São Paulo gerasse acúmulo de grandes capitais, os quais foram revertidos em capitais industriais. Começa então, no início do século XX, a industrialização paulista. Enquanto isso, a Bahia ingressava no século XX com considerável decadência econômica.

Conforme afirma Almeida (2008), até a primeira metade do século XX, existiam poucos centros urbanos na Bahia e o principal deles, Salvador, encontrava no comércio e na administração pública seus principais suportes econômicos. O movimento comercial era limitado, basicamente, ao fluxo de mercadorias entre Salvador e as cidades menores, por via marítima, concentrando-se no interior do Recôncavo. Sem meios de transporte adequados, o comércio entre as cidades de menor porte tinha pouca expressão, o que gerou o desenvolvimento regional desigual na Bahia (CÉZAR, 2020). Comércio, construção civil pesada (portos e estradas), transporte, crédito e serviços públicos cresciam em função da expansão das atividades agroexportadoras estaduais, diante da baixa expressividade dessas atividades, além de cíclicas, as cidades baianas não atraíam novos investimentos, nem, por consequência, imigrantes em busca de trabalho.

Diante disso, Moura (2021), ao discutir a transição do escravismo para o trabalho livre e as condições de vida da população negra, afirma que a expulsão do negro livre do centro do sistema de produção para a periferia, diante do pouco aproveitamento da sua mão de obra para o trabalho livre e a incorporação do trabalho imigrante europeu, conta com particularidades regionais. Nas zonas decadentes, a passagem do escravismo para o trabalho livre e assalariado não ocorre através da vinda massiva de imigrantes como houve em São Paulo. A estagnação quase absoluta do desenvolvimento econômico dessas áreas determinou o ritmo de integração do “ex escravo” na sua economia. Assim, o negro na Bahia, Pernambuco, Paraíba e Sergipe, por estar inserido em uma economia de baixo padrão, denominada por Moura (2021, p. 34) como economia de miséria, pode ir se integrando dentro do ritmo quase inexistente de

desenvolvimento nessa economia regional, conseguindo boa parte se incorporar à sociedade capitalista emergente como “[...] *agregado, meeiro, posseiro, arrendatário, banguês e engenhos*” que passaram a compor as usinas ou outras unidades produtivas como a pecuária.

Moura (2021) coloca então que o processo de marginalização da população negra na transição para a sociedade capitalista no Brasil se deu com maior densidade nos grandes centros da economia. Contudo, o fato de o negro presente nas áreas de economia de miséria não ter se marginalizado na mesma proporção que na zona paulista, não significa que ele tenha conseguido, ao se integrar socialmente, padrões econômicos, sociais e culturais mais elevados que aqueles marginalizados em São Paulo. Já que, conseguiram se integrar em uma economia decadente, com índices de crescimento e diferenciação baixíssimos, quase inexistentes. O autor conclui que são a população negra e seus descendentes que nessas áreas se encontram na situação mais desfavorável. Esses desníveis regionais é que produzem diferenças, sem, contudo, retirar as características comuns.

Dessa forma, o capitalismo no Brasil se desenvolve de forma desigual e combinada. Isso se deve ao caráter de dependência que países da América Latina ocupam na divisão internacional do trabalho. Pensando no desenvolvimento do Brasil, Júnior (2022) afirma que o Nordeste se insere de forma subordinada ao eixo sul/ sudeste do país, sendo epicentro da superexploração e subordinação da força de trabalho além da máxima extração da mais valia. Logo, o Brasil é um país dependente na sua relação com o capital hegemônico e seu desenvolvimento interno se dá de forma desigual, gerando diversas desigualdades econômicas, sociais e políticas entre as regiões do país. A Bahia se insere nesse processo.

Apesar da decadência econômica da Bahia na entrada do século XX, Almeida (2008) discute que a partir dos anos finais da década de 1940 e o início dos anos 1950, a situação econômica da Bahia e Salvador começam a mudar. Algumas iniciativas estatais contribuíram para rápidas transformações, entre elas a construção da usina hidroelétrica de Paulo Afonso, a implantação das atividades de extração e refino do petróleo no Recôncavo, a construção da ligação rodoviária Rio-Bahia (BR-116) e a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse processo se vincula ao desenvolvimentismo que o Brasil sustentava, com projetos de industrialização e crescimento econômico do Nordeste.

De acordo com Júnior (2022), a expansão industrial se desdobrou através de filiais do centro Sul, como São Paulo, que são atraídas para o Nordeste devido aos benefícios dos

subsídios estatais, com estabelecimentos voltados para os bens do setor intermediário: petroquímica, química, metalúrgica, borracha, plásticos, dentre outros, complementares a economia da região de origem, contudo esses espaços de crescimento não se desenvolveram em todo o Nordeste.

Almeida (2008) discute que desde os anos 1960, a indústria baiana é concentrada na indústria petroquímica e química, gerando uma baixa diversidade industrial. Além disso, a opção por uma indústria química não favorece o desenvolvimento da agropecuária. Considerando que a agroindústria foi a principal criadora de empregos, no final do século XX, seu pouco crescimento teve como consequência o êxodo rural e taxas elevadas de desemprego rural e urbano. Sobretudo porque a indústria química e petroquímica, apesar da relativa geração de empregos, exige uma mão de obra mais qualificada, limitando a quantidade de trabalhadores que podem ser incorporados no seu processo produtivo.

Desse modo, Pedrão (1985) afirma que até 1960, Salvador continuou sendo uma cidade com a maior parte da força de trabalho ocupada num regime de pequena produção urbana, na prestação de serviços e manufaturas e com uma participação significativa na economia rural. Portanto, o crescimento de Salvador entre 1950 e 1970 decorreu mais de movimentos de expulsão da população do meio rural e dos povoados e cidades pequenas, do que o movimento de atração da população por esperança de emprego.

Pedrão (1985) destaca que com a falta de oportunidades de emprego industrial, o comércio tornou-se a principal fonte de emprego urbano, junto com a ocupação no setor público, produzindo uma quantidade grande de pessoas em busca de trabalho e formando o exército industrial de reserva, o qual pressiona para o pagamento de salários sempre inferiores aos das cidades mais industrializadas do Centro-Sul do país.

Diante desse cenário, nota-se que a aceleração de algumas forças produtivas no Nordeste também opera de forma contraditória a partir do desenvolvimento desigual e combinado, com uma simbiose, entre os modos produção e exploração modernos, própria do capitalismo monopolista e os modos atrasados e pré-capitalistas de extração da mais valia e subordinação do trabalho, conforme nos conceitua Júnior (2022), ampliando as tensões e desigualdades já presentes no Nordeste. Assim, a região se vincula ao capitalismo brasileiro de forma desigual e apresenta também assimetrias no seu interior.

4 PANORAMA DA QUESTÃO SOCIAL NA BAHIA A PARTIR DO OLHAR DISCENTE DA DÉCADA DE 1960

O conceito de Questão Social é recente no Serviço Social brasileiro, debatido a partir da aproximação com as categorias marxistas na década de 1980. Portanto, na década de 1960 ainda não estava posto ao Serviço Social o conceito de Questão Social. Entretanto, partindo da análise materialista de Marx, a realidade e o objeto real existem independentemente do sujeito, da sua formulação de pensamento, por isso, os aspectos históricos, estrutural e político que constituem a questão social já estava posto na década de 1960, mesmo que assistentes sociais ainda não tivessem elaborado teoricamente sua concepção. Assim, os TCCs revelam importantes pistas para compreender a configuração da Questão Social na Bahia, sobretudo em Salvador, no período delimitado.

O TCC de Souza (1967) discute os problemas habitacionais históricos no estado ocasionados pelo “boom” populacional que Salvador sofreu a partir de meados da década de 1940, acompanhada por uma intensa migração interna, segundo a autora determinada pelo extremo pauperismo das regiões rurais, gerando o encanto de sua população pelas maiores oportunidades de emprego de mão de obra pouco qualificada na capital. Assim, o próprio crescimento vegetativo de Salvador, contribuiu para a habitação de áreas até então não habitadas, favorecendo o crescimento das “comunidades marginalizadas” - termo assumido por Souza (1967).

A realidade social da Bahia, de Salvador mais especificamente, é o que aparece com maior evidência nos TCCs. São levantados problemas como, baixos salários da maioria da população, alto custo com alimentação- mesmo com a forte presença da agricultura de subsistência no estado-, problemas graves de habitação, falta de saneamento básico, além da ausência de políticas públicas de saúde e educação.

Pinto (1963), autora do TCC sobre “A realidade da educação primária brasileira e o Serviço Social”, registra, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que em todo estado eram atendidos (as) 422.676 crianças entre 7 a 14 anos pela educação básica, enquanto deveria ser ministrado o ensino primário para 1.256.900 crianças baianas.

A autora aponta que a Bahia aparece com um número bem baixo de “ensino primário” quando comparado aos demais estados do Brasil, de acordo com a autora essa diferença não

se deve apenas pelo índice de escolarização, mas também pela própria diferença na renda per capita entre as diferentes regiões do Brasil, fruto do grau de desenvolvimento desigual entre cada uma delas. Assim, Pinto (1963, p. 41) afirma que “[...] todo país desenvolvido é educado e todo país subdesenvolvido é subeducado.”

Sobre os dados da saúde pública e o seu acesso, a monografia de Lima (1964) retrata a dificuldade de acesso aos hospitais pela população baiana devido a quase inexistência de hospitais gratuitos. A autora menciona o levantamento estatístico realizado em 1956 pela Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Lei Orgânica de assistência hospitalar no país (Decreto nº 37.773 de 18 de agosto de 1955), no qual consta que a Bahia possuía apenas 89 hospitais cobrindo sua população que era maior que a população do Rio Grande do Sul, que possuía 311 estabelecimentos hospitalares. O dado exposto por Lima (1964) representa a disparidade presente entre as diferentes regiões do país.

Sobre as condições de vida na Bahia e evidenciadas nas monografias selecionadas, destaca-se a produção de Galeão (1966) que aborda a experiência do Serviço Social inserido na comunidade periférica de Salvador, Pernambués, e apesar de relatar a realidade de uma comunidade específica, ela é um reflexo da realidade de diversas comunidades periféricas da capital. O tipo mais comum de casas eram aquelas construídas por taipa nas paredes, o chão de cimento e a cobertura de telha comum.

A população da comunidade era constituída por cerca de 10 mil pessoas, sendo bastante populosa, a maioria das pessoas eram pardos(as) e negros (as). “Percebe-se uma semelhança acentuada quanto a situação econômica e o modo de vida da população. Isto se reflete no tipo de habitação, na natureza da alimentação, no trajar, no traquejo social, nas condições pouco higiênicas e na aparência enferma da comunidade.” (GALEÃO, 1966, p.14).

Souza (1967), autora da monografia intitulada “Experiência de Serviço Social de grupo numa comunidade marginalizada”, também discute sua experiência na comunidade periférica Roça do Lobo, e elenca as seguintes características:

1. baixo padrão socioeconômico e cultural
2. analfabetos ou semi-analfabetos
3. apresentando problemas de saúde: subnutrição, verminose e problemas de higiene.
4. famílias numerosas
5. receita familiar insuficiente decorrente da falta de qualificação profissional
6. mãe solteira, sem qualificação profissional e analfabeta (SOUZA, 1967, p. 41)

Os “problemas sociais” - também denominados nos TCCs como “desajustamentos sociais” - apontados em basicamente todas as produções giram em torno da baixa remuneração dos trabalhadores em comparação com o custo de vida, tendo um destaque para alimentação - apontada por Carvalho (1962) e Galeão (1966) - como a responsável pelo maior custo das famílias, o problema habitacional também surge como grande destaque em Salvador, com diversas comunidades empobrecidas e isoladas do centro da cidade, falta de saneamento básico nas comunidades, pouco acesso à educação, dentre outros. Por fim, o TCC de Carvalho (1962) evidencia um entendimento sobre o aspecto político da questão social. A autora discute algumas das manifestações da questão social enfrentadas pelo operariado baiano como baixos salários que não dão conta das necessidades básicas de suas famílias, péssimas condições de trabalho, jornadas exaustivas, falta de acesso aos serviços de saúde, educação, assistência, etc. afirma:

Refletindo no pouco que foi dito acerca das condições econômicas do proletariado, poderemos compreender, de certo modo, o clima de insatisfação reinante, a revolta surda, o fermentar de uma revolução que, necessariamente, virá à tona, caso se conservem essas mesmas condições. Compreende-se o desejo de mudança. O ideal será que tal renovação se verifique na direção certa e que dê ao homem, proletário ou não, o lugar que sua dignidade intrínseca exige. Que haja realmente a promoção da classe operária, mas que tal promoção signifique humanização, promoção do homem integral, compreendendo não só a melhoria das condições materiais de existência, mas também possibilite ao homem não escravizado, subjugado ou curvado ao peso das necessidades inadiáveis, mas ao homem livre, a aderir, com todo seu valor e dignidade, um ideal de vida verdadeiramente humana. (CARVALHO, 1962, p. 39)

Dessa forma, Carvalho (1962) analisa as insatisfações políticas da classe empobrecida e compreende o sentimento e desejo de mudanças, contudo, não é estabelecida uma abstração sobre qual a sociedade que deverá ser construída para que se alcance a promoção da classe operária, sua ideia se aproxima de uma visão humanista, que exerceu grande influência no pensamento teórico do Serviço Social da época. Não existe a menção de uma total ruptura com a sociedade capitalista, mas sim a crença de ser possível humanizar a sociedade burguesa já imposta.

3 CONCLUSÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões em torno da Questão Social, mais especificamente na Bahia, na década de 1960. Recuperando para isso o

conceito de Questão Social e sua análise a partir da formação sócio histórica brasileira. Amparando-se na discussão feita por Sabino e Teles (2021), em torno da superexploração da força de trabalho e o capitalismo dependente do Brasil, entende-se a inserção da Bahia no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro. Um reflexo disso é o seu processo de industrialização já na década de 1960 e mesmo assim, com baixa diversidade industrial, uma manutenção do caráter comercial do estado, além do cenário de largo desemprego, pouca atratividade para a capital do estado, pobreza, urbanização com intensa marginalização da população negra e empobrecida, rebaixamento salarial em relação ao eixo sul/sudeste do país, dentre outros.

A breve exposição de interpretações discentes do serviço social na Bahia no período delimitado, contribui para analisar o panorama da Questão Social no território. Apesar das particularidades do território, as expressões da questão social aqui evidenciadas também têm sua origem comum em relação ao eixo sul/ sudeste do país, já que sua raiz se encontra na relação capital e trabalho.

Dessa forma, este trabalho não tem a pretensão de apresentar respostas e sim dados que tornam possível algumas reflexões em torno da questão social na Bahia na década de 1960. É necessário o aprofundamento teórico do debate e a formulação de outras problematizações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. H. A Economia de Salvador e a Formação de sua Região Metropolitana, In: Como anda Salvador e sua Região Metropolitana/ organização Inaiá Maia Moreira de Carvalho; Gilberto Corso Pereira. Salvador; Edufba, 2008.

CARVALHO, M.M. S. Padrão de vida do operário e sua família. ESSUCSAL, 1962.

GALEÃO, E.M.N.R. Sem título. ESSUCSAL, 1966.

JÚNIOR, A. A. S. O Serviço Social na particularidade do Nordeste (1940- 1980). Curitiba: CRV, 2022.

MOURA, C. O Negro: do Bom escravo ao mau Cidadão. Editora Conquista. Rio de Janeiro, 2021.

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da “questão social”. s.d.

PEDRÃO, F. C. As raízes da pobreza na Bahia: a condição econômica da questão social. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1985.

PINTO, M.J.M. A realidade da educação primária brasileira e o serviço social. ESSUCSAL, 1963.

SANTOS, J. S. “Questão Social”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, M. O Centro da Cidade do Salvador: Estudo de Geografia Urbana 1 Milton Santos. - 2. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008. 208 p.; 21 cm. - (Coleção Milton Santos; 13).

SOUZA, C.S.S.N. Experiência de Serviço Social de Grupo numa comunidade marginalizada. ESSUCSAL, 1967.

SOUZA, C. L.S.; TELES, H. Pressupostos para uma análise histórico- estrutural da questão social no Brasil. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 44-61, jul./dez. 2021.